

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA  
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CREMER S.A.**

**ENTRE**

**CREMER S.A.,**  
*na qualidade de emissora*

**e**

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**  
*na qualidade de agente fiduciário*

**16 DE JUNHO DE 2011**



A-3SP - 1244078v10



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CREMER S.A.**

Pelo presente instrumento, de um lado:

**Cremer S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua Iguaçu, n.º 291/363, CEP 89030-030, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 82.641.325/0001-18, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

e, de outro lado:

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, CEP: 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Cremer S.A. (respectivamente "Escritura", "Emissão" ou "Oferta", e "Debêntures"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I  
AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é firmada com base nas deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 26 de maio de 2011 ("RCA"), na qual deliberou sobre os termos e as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59, §1º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

**CLÁUSULA II  
REQUISITOS**

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

**2.1. Registro na CVM e na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")**



2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.2. A Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

## **2.2. Arquivamento e Publicação**

A ata da RCA foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC (“JUCESC”) em 9 de junho de 2011, sob o nº 20111459770 e foi publicada, em 14 de junho de 2011, no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, no jornal Valor Econômico, e no Jornal de Santa Catarina, conforme disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações.

## **2.3. Registro e Inscrição da Escritura na JUCESC**

Esta Escritura e eventuais aditamentos (“Aditamentos”) serão arquivados na JUCESC, conforme disposto no artigo 62, II, da Lei das Sociedades por Ações.

## **2.4. Registro para Colocação e Negociação**

2.4.1 As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e para negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2 Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476.

## **CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1 Objeto Social da Emissora**

De acordo com seu Estatuto Social, a Emissora tem como objeto social a exploração da indústria e do comércio de produtos têxteis (tecidos e não tecidos), cirúrgicos, hospitalares,



adesivos cirúrgicos e industriais, cosméticos, de perfumaria e higiene, comércio de medicamentos, de saneantes e de produtos de uso veterinário, além de atividades florestais, agropastoris, de informática e de prestação de serviços e a fabricação e importação de equipamento de proteção individual.

### 3.2 Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 3ª emissão de debêntures da Emissora.

### 3.3 Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo), a serem distribuídos sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos da Cláusula 3.5.2 abaixo e do Contrato de Distribuição.

### 3.4 Número de Séries

A Emissão será realizada em uma única série.

### 3.5 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do BB – Banco de Investimento S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco Bradesco BBI S.A. (“Coordenador”, e em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”), conforme o “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em série única, em Regime de Garantia Firme, da 3ª Emissão da Cremer S.A.”, celebrado nesta data (“Contrato de Distribuição”).

3.5.2 A garantia firme de colocação, conforme descrita na Cláusula 3.5.1 acima, será prestada de forma individual e sem qualquer solidariedade entre os Coordenadores, da seguinte forma:

<i><b>Coordenadores</b></i>	<i><b>Garantia Firme Prestada (em R\$ na Data de Emissão)</b></i>
<b>Coordenador Líder</b>	100.000.000,00
<b>Coordenador</b>	100.000.000,00
<b>Total</b>	<b>200.000.000,00</b>

3.5.3 O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), sendo



possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo).

3.5.3.1 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 2º, § único, da Instrução CVM 476.

3.5.3.2 A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (ii) informar aos Coordenadores até o dia útil imediatamente subsequente a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta.

3.5.3.3 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo investidores qualificados, assim entendidos, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 16 de janeiro de 2009, como (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios ("Investidores Qualificados").

3.5.3.4 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) da Cláusula 3.5.3.3 acima deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

### **3.6 Banco Mandatário e Escriturador**

O banco mandatário e escriturador da Emissão será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário e Escriturador"), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a



suceder o atual Banco Mandatário e Escriturador na prestação dos serviços previstos neste item.

### **3.7 Destinação dos Recursos**

Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão de Debêntures serão destinados à expansão das atividades industriais e comerciais, pré-pagamento/alongamento do endividamento, aquisição de outras empresas e capital de giro.

## **CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **4.1. Características Básicas**

**4.1.1 Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será o dia 27 de junho de 2011 (“Data de Emissão”).

**4.1.2 Conversibilidade, Tipo e Forma:** simples, não conversíveis em ações da Emissora, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

**4.1.3 Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária.

**4.1.4 Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, com vencimento em 27 de junho de 2016 (“Data de Vencimento”).

**4.1.5 Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

**4.1.5.1 Atualização:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido por qualquer índice ou taxa.

**4.1.6 Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 200 (duzentas) Debêntures, as quais serão colocadas sob o regime de garantia firme de colocação.

### **4.2. Remuneração**

**4.2.1.** As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios (“Juros Remuneratórios”) correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extra-grupo (“Taxa DI”), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de uma sobretaxa de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento), expressa na forma percentual ao ano, base 252

2



(duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), a partir da Data de Emissão, ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula abaixo.

4.2.1.1 As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial, utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos Juros Remuneratórios, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização (conforme definido abaixo).

4.2.2. **Fórmula de Cálculo da Remuneração.** O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J	valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
VNe	Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
Fator Juros	Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Onde:

FatorDI	produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:
---------	---

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n	número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
---	--



TDI<sub>k</sub> Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k 1, 2, ..., n;

DI<sub>k</sub> Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread 1,50;

DP É o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo “DP” um número inteiro;

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.





4.2.3. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do próximo pagamento da Remuneração.

4.2.4. Define-se “Saldo do Valor Nominal Unitário” como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações do principal.

4.2.5. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.2.6. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula VIII abaixo, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de atualização a ser aplicado.

4.2.7. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e a Assembleia Geral de Debenturistas, a Emissora deverá resgatar, e consequentemente cancelar, a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

#### **4.3. Pagamento da Remuneração**

O pagamento da Remuneração será realizado anualmente, contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 27 de junho de 2012 e o último, na Data de Vencimento.

#### **4.4. Amortização**

4.4.1. Serão realizadas 4 (quatro) amortizações iguais, anuais e consecutivas, vencendo a primeira em 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão, conforme apresentado na tabela a seguir:



<i><b>Data de Amortização</b></i>	<i><b>Percentual de Amortização do Valor Nominal Unitário na Data de Emissão</b></i>
27 de junho de 2013	25%
27 de junho de 2014	25%
27 de junho de 2015	25%
27 de junho de 2016	25%

4.4.2. Caso, nas datas acima estabelecidas, a Emissora realize amortização em percentual superior aos acima previstos, a parcela excedente obedecerá ao disposto na Cláusula 5.1.1 abaixo.

#### **4.5. Local de Pagamento**

Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados (i) pela CETIP, para as Debêntures custodiadas no SND; e (ii) pelo Banco Mandatário e Escriturador, para as Debêntures não custodiadas no SND.

#### **4.6. Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que seja feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

#### **4.7. Encargos Moratórios**

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) juros de mora calculados desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

#### **4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.




#### **4.9. Forma de Subscrição e Integralização**

A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, sendo que todas as Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas na mesma data.

#### **4.10. Preço de Subscrição**

As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 acima (“Preço de Subscrição”).

#### **4.11. Repactuação**

Não haverá repactuação das Debêntures.

#### **4.12. Publicidade**

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, quais sejam “Valor Econômico”, “Diário Oficial do Estado de Santa Catarina” e “Jornal de Santa Catarina” ou em outros, conforme deliberação da Assembleia Geral de Acionistas da Emissora, bem como na página da Emissora na internet (<http://www.cremer.com.br>).

#### **4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures**

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando depositadas no SND.

#### **4.14. Liquidez e Estabilização**

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

#### **4.15. Imunidade de Debenturistas**

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora, com cópia ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos



às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

**CLÁUSULA V**  
**RESGATE ANTECIPADO TOTAL, AMORTIZAÇÃO PARCIAL**  
**EXTRAORDINÁRIA E AQUISIÇÃO FACULTATIVA**

**5.1. Resgate Antecipado Total e Amortização Parcial Extraordinária**

5.1.1. Ficarão admitidos o resgate antecipado total e a amortização parcial extraordinária das Debêntures pela Emissora, neste último caso, limitado a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, desde que o Agente Fiduciário e a CETIP sejam notificados com 20 (vinte) dias úteis de antecedência. Na data do efetivo resgate antecipado total ou da amortização parcial extraordinária, a Emissora deverá efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, no caso de resgate antecipado total, ou da parcela do Valor Nominal Unitário a ser extraordinariamente amortizada, no caso de amortização parcial extraordinária, acrescido de (i) Remuneração, conforme a Cláusula 4.2 acima, calculada desde a Data de Emissão, ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate antecipado total ou amortização parcial extraordinária, conforme o caso; e (ii) prêmio correspondente à tabela abaixo.

<b>Resgate:</b>	<b>Prêmio</b>
Até 27 de junho de 2012	1,50%
De 28 de junho de 2012 a 27 de junho de 2013	1,15%
De 28 de junho de 2013 a 27 de junho de 2014	0,80%
De 28 de junho de 2014 a 27 de junho de 2015	0,50%
De 28 de junho de 2015 a 27 de junho de 2016	0,25%

5.1.2. No caso de resgate antecipado total, as Debêntures serão obrigatoriamente canceladas.

**5.2. Aquisição Facultativa**

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

*(Assinatura)*



## CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

**6.1.** Observado o disposto nas Cláusulas 6.1.2 a 6.1.6 abaixo, os Debenturistas terão o direito de declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e de exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) Falta de pagamento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura na data de seu respectivo vencimento;
- (b) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura que não seja regularizado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ocorrência do respectivo descumprimento;
- (c) Falsidade ou incorreção comprovadas, em qualquer aspecto relevante, das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura e relativas a esta Emissão;
- (d) Vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora ou de qualquer de suas coligadas ou controladas, sem prejuízo dos prazos para sua regularização previstos nos respectivos instrumentos, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), sem a devida contestação ou comprovação de cumprimento da respectiva obrigação considerada inadimplida;
- (e) Protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, com valor unitário ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se (i) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (ii) for cancelado ou susgado dentro do prazo legal;
- (f) Condenação da Emissora, em uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado, que, em conjunto ou isoladamente, resulte em obrigação de pagamento para a Emissora de valor unitário ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (g) Autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, de valor individual ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo as hipóteses nas quais as autuações governamentais supra estejam sendo discutidas de boa fé pela Emissora, nas esferas administrativas e judiciais competentes;



- (h) Constituição de controle acionário por qualquer novo acionista; ou qualquer acionista da Emissora que detenha, na data desta Escritura, uma participação no capital social da Emissora menor do que 11% (onze por cento), entendendo-se como controle acionário o conceito decorrente do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) Redução do capital social da Emissora sem a prévia e expressa aprovação da Assembleia Geral de Debenturistas;
- (j) Alteração do objeto social da Emissora que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas, exceto pela inclusão de atividades de administração de bens imóveis e correlatos.
- (k) Transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220, 221 e 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (l) Cisão, incorporação ou fusão da Emissora, exceto pela venda de ativos imobiliários e/ou contribuição de ativos para novas sociedades a serem constituídas pela Emissora, figurando esta como sócia ou acionista de tais sociedades, desde que as atividades de tais sociedades sejam relacionadas ao objeto social da Emissora conforme atualmente disposto em seu Estatuto Social ou conforme estará disposto após a inclusão prevista no item (j) acima.
- (m) Apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora ou por qualquer de suas coligadas ou controladas;
- (n) Extinção, liquidação ou decretação de falência da Emissora ou de qualquer de suas coligadas ou controladas;
- (o) Realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora;
- (p) Não apresentação do relatório anual e/ou relatório de monitoramento de avaliação da agência classificadora de risco da Emissora;
- (q) Se as obrigações de pagar da Emissora previstas na Escritura deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- (r) Transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura;





(s) Não observância dos seguintes índices financeiros:

1. Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,00 vezes.

Para fins deste índice:

(i) “Dívida Líquida” significará o resultado da seguinte fórmula: empréstimos e financiamentos bancários de curto e longo prazos (+) leasing financeiro (+) debêntures em circulação (-) disponibilidades de caixa (-) aplicações financeiras.

(ii) “EBITDA” significará o resultado da seguinte fórmula, calculada em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração: lucro líquido (+) despesa/receita financeira líquida (+) provisão para IRPJ/CS (+) depreciações/amortizações.

2. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: Geração de Caixa / Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 vezes.

Para fins deste índice:

(i) “Geração de Caixa” significará o resultado da seguinte fórmula: disponibilidade de caixa e aplicações financeiras apuradas no final do período anterior (+) EBITDA (conforme definido acima (-) imposto de renda (-) contribuição social.

(ii) “Serviço da Dívida” significará o resultado da seguinte fórmula: amortização de principal da Dívida Líquida (conforme definido acima) (+) pagamento de juros da Dívida Líquida (conforme definido acima).

6.1.1. Para fins do disposto no item (s) acima, os índices financeiros serão apurados pela Emissora e revisados pelo Agente Fiduciário trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras e balanços patrimoniais consolidados da Emissora, auditados pelos auditores independentes da Emissora, referentes ao encerramento dos trimestres encerrados no fim dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, conforme divulgadas ao mercado nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”). Ademais, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário os índices financeiros, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais índices financeiros, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

6.1.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos previstos nos itens (a), (j), (k), (m), (n), (o), (q) e (r) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures,



6

independentemente de qualquer consulta ao respectivo detentor, ficando o vencimento condicionado à entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, de notificação nesse sentido. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (b), (c), (d), (e), (f), (g), (h), (i), (l), (p) e (s) acima, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre o eventual vencimento antecipado das Debêntures.

6.1.3. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.1.2 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula VIII abaixo, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

6.1.4. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.1.2 acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no Cláusula 6.1.3 acima por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.1.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, dos prêmios constantes da tabela da Cláusula 5.1 acima, conforme a época da declaração do vencimento antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula 11.1 abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.7 acima.

6.1.6. Na ocorrência dos eventos previstos nos itens 6.1.(d) e 6.1.(s).2, ou caso o índice financeiro previsto no item 6.1.(s).1 esteja superior a 1,75 vezes, a Emissora ficará imediatamente proibida de distribuir dividendos em montante superior ao mínimo estabelecido em seu Estatuto Social.

## **CLÁUSULA VII**

### **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:







- (i) dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos da data de divulgação de suas demonstrações financeiras, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e do relatório da administração, caso não estejam disponíveis no *site* da CVM na internet; (ii) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura; e (iii) cópia do organograma atualizado do grupo societário da Emissora, incluindo as empresas controladas e coligadas em 31 de dezembro do exercício anterior, acompanhado de declaração a respeito da não ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas nos itens (d), (m) e (n) da Cláusula 6.1 acima. A verificação, pelo Agente Fiduciário, do cumprimento das obrigações das controladas da Emissora se dará com base na declaração a ser fornecida pela Emissora neste item, destacando desde já que não será realizada qualquer verificação independente a respeito da observância das obrigações das controladas;
  - (ii) dentro do prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos do término de cada trimestre do exercício social, e não antes da divulgação ao mercado, (i) cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e do relatório da administração, caso não estejam disponíveis no *site* da CVM na internet; e (ii) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura;
  - (iii) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 480”), nos prazos ali previstos, caso não estejam disponíveis no *site* da CVM na internet;
  - (iv) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada de forma razoável e justificada pelo Agente Fiduciário;
  - (v) confirmação, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações principais e acessórias, nos termos estabelecidos nesta Escritura; e
  - (vi) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula VI acima, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência.
- (b) Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas



demonstrações financeiras anuais, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;

- (c) Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras da CVM;
- (d) Convocar, nos termos do Cláusula VIII abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (e) Cumprir todas as determinações da CVM e/ou da CETIP, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (f) Preparar demonstrações financeiras em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (g) Manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM 480;
- (h) Manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- (i) Notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações principais e acessórias decorrentes desta Escritura;
- (j) Manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas no setor de atuação da Emissora;
- (k) Não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (l) Comunicar o Agente Fiduciário de qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na Cláusula 3.7 acima;
- (m) Manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto no que se referir a licenças, concessões



ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

- (n) Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (o) Enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;
- (p) Contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário e Escriturador e a CETIP. Além disso, a Emissora deverá manter contratada, às suas expensas, agência de classificação de risco para apurar o *rating* corporativo da Emissora, sendo dispensável a classificação de risco para a presente Emissão;
- (q) Divulgar em sua página na internet a ocorrência de fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente os Coordenadores e o Agente Fiduciário;
- (r) Observar as disposições da Instrução CVM 358, inclusive no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na internet a ocorrência de fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente os Coordenadores e o Agente Fiduciário;
- (s) Divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na internet, dentro de 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social, e mantê-las disponíveis por um prazo de 3 (três) anos;
- (t) Cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens cujo descumprimento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (u) Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura; e



- (v) Manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável.

## **CLÁUSULA VIII**

### **ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

À Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

#### **8.1. Convocação**

8.1.1 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação ou pela CVM.

8.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de Assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. A primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser feita com 15 (quinze) dias de antecedência, no mínimo, contados da data do primeiro anúncio da primeira convocação. A segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser feita com 8 (oito) dias de antecedência, no mínimo, contados da data do primeiro anúncio da segunda convocação.

8.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

8.1.5. Não será admitida na Assembleia Geral de Debenturistas a presença de quaisquer pessoas que não sejam parte deste instrumento ou que não comprovem sua condição de debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados e registrados em cartório.

②



## **8.2. Quorum de Instalação**

8.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e em segunda convocação, com qualquer quorum.

8.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se “em circulação” todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), ou de titularidade de administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

## **8.3. Quorum de Deliberação**

8.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto nas Cláusulas 8.3.2 e 8.3.3 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação.

8.3.2. Não estão incluídos no quorum previsto acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura; e
- II. a alteração das seguintes características e condições das Debêntures, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação: (i) Remuneração; (ii) datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iii) espécie das Debêntures; (iv) hipóteses de vencimento antecipado; e (v) datas de amortização.

8.3.3. As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 8.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.



**CLÁUSULA IX**  
**DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

9.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) Está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) A celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações principais e acessórias aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) Os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) As obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (e) Tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto no que se refere a autorizações e licenças cuja falta não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (f) Está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto no que se refere a leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais cujo descumprimento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;





- (g) As demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) Não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora, em suas condições financeiras ou em suas atividades, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora à CVM e ao mercado, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (i) Manterá em vigor toda a estrutura de contratos relevantes e demais acordos relevantes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (j) Os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- (k) Não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de suas situações econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (l) É uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (m) Não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça este de exercer plenamente suas funções com relação a esta Emissão;
- (n) Não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (o) Cumprirá todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura;
- (p) Cumprirá rigorosamente, em seus aspectos relevantes, o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da



atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;

- (q) Está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura;
- (r) Tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (s) Tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé; e
- (t) Esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

## **CLÁUSULA X**

### **AGENTE FIDUCIÁRIO**

#### **10.1. Nomeação**

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

#### **10.2. Declaração**

O Agente Fiduciário declara, sob as penas da lei, que:

- (a) Não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) Aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) Não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;





- (d) Está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (e) Não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (f) Está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) Esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (h) A celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (i) A verificação, pelo Agente Fiduciário, a respeito da veracidade das declarações prestadas pela Emissora se deu através das informações fornecidas pela Emissora e no limite das informações fornecidas por esta, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo; e
- (j) Conforme disposto no item 7.1.(a).(i), informa que a verificação do cumprimento das obrigações das controladas da Emissora se dará com base na declaração a ser fornecida pela Emissora no referido item, destacando desde já que não será realizada qualquer verificação independente a respeito da observância das obrigações das controladas.

### **10.3. Substituição**

10.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 10.3.6 abaixo.



- l.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora com relação aos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- l.5) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
- l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos na Cláusula 6.1(r);
- l.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- l.9) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.
- (m) Disponibilizar o relatório de que trata o inciso “l” aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- m.1) na sede da Emissora;
- m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- m.3) na CVM;
- m.4) na CETIP; e
- m.5) na sede do Coordenador Líder.
- (n) Publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa estabelecidos na Cláusula 2.2 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório de que trata o inciso “l” se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “m” acima;

①



- (o) Manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e Escriturador e à CETIP;
- (p) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura;
- (q) Notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 2 (dois) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

q.1) à CVM; e

q.2) à CETIP;

- (r) Acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula 6.1 acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos; e
- (s) Manter atualizado o cálculo da Remuneração das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP sempre que solicitado.

#### **10.5. Atribuições Específicas**

10.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de vencimento antecipado das obrigações previstas nesta Escritura:

- (a) Declarar, observadas as deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas e as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) Requerer a falência da Emissora; e
- (d) Representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

10.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “c” e “d” acima se, convocada a Assembleia Geral de



Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

#### **10.6. Remuneração do Agente Fiduciário**

10.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) Parcelas anuais de R\$10.000,00 (dez mil reais), sendo devida a primeira parcela 5 (cinco) dias úteis após a data de assinatura da presente Escritura, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes, até a liquidação integral das debêntures;
- (b) No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão destas, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, caso sejam concedidas; (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das conseqüentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (a) da espécie da presente Emissão; (ii) dos prazos de pagamento; e (iii) das condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;
- (c) No caso de celebração de Aditamentos, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações;
- (d) As parcelas de remuneração serão atualizadas pelo IGP-M à partir da Data de Emissão;
- (e) Os impostos IS, PIS, COFINS, CSLL e IRRF e os eventualmente vigentes a época do pagamento serão acrescidos à remuneração devida ao Agente Fiduciário;
- (f) O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de cada pagamento, sendo que, se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;

②



- (g) A remuneração aqui prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (h) As remunerações não incluem as despesas razoáveis e usuais com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas razoáveis e usuais com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora;
- (i) No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis e usuais em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos;
- (j) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;
- (k) Eventuais obrigações adicionais do Agente Fiduciário ou alteração nas características de Emissão facultarão o Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos; e
- (l) Caso haja horas trabalhadas dispostas nos itens (b) e (c) acima, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a ajustar o valor da referida hora de trabalho tão logo seja atingido o limite de 160 horas de trabalho, de acordo com a necessidade à época do ajuste.





## 10.7. Despesas

10.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

10.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 15 (quinze) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

10.7.3. No caso de vencimento antecipado das obrigações previstas nesta Escritura, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

10.7.4. As despesas a que se refere esta cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) Publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) Extração de certidões;
- (c) Locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) Eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

10.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma

2



descrita nas Cláusulas 10.7.1 e 10.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora, preferindo a estas na ordem de pagamento.

## **CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **11.1. Comunicações**

11.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**Cremer S.A**

Rua Iguaçu, n.º 291/363  
Blumenau, SC - CEP 89030-030  
At.: Sr. Rafael S. Grisolia  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores  
Tel.: (47) 2123-8147  
Fax: (47) 2123-8328  
E-mail: [rafael.grisolia@cremer.com.br](mailto:rafael.grisolia@cremer.com.br)

**Para o Agente Fiduciário:**

**Oliveira Trust DTVM S.A.**

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205  
CEP 22640-100, Rio de Janeiro – RJ  
At.: Sr. Gustavo Dezouart Teixeira Pinto  
Tel.: (21) 3514-0000  
Fax: (21) 3504-0099  
E-mail: [gustavo@oliveiratrust.com.br](mailto:gustavo@oliveiratrust.com.br) e [agente@oliveiratrust.com.br](mailto:agente@oliveiratrust.com.br)

**Para o Banco Mandatário e Escriturador:**

**Banco Bradesco S.A.**

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara  
Osasco, SP - CEP 06029-900  
At.: Sra. Pérsia Alves Gonçalves de Barros  
Tel.: (11) 3684-9444  
Fax: (11) 3684-2714  
e-mail: [4010.persia@bradesco.com.br](mailto:4010.persia@bradesco.com.br)



**Para a CETIP:**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar  
São Paulo, SP - CEP 01452-001  
Tel.: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3111-1564

11.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax, por telegrama ou por e-mail nos endereços acima.

11.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

11.1.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 11.1.3 acima serão arcados pela parte inadimplente.

**11.2. Renúncia**

11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia a estes ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2.2. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

**11.3. Título Executivo**

A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.





#### **11.4. Custos de Registro**

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

#### **11.5. Prazos**

A não ser que de outra forma disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

#### **11.6. Integralidade**

Esta Escritura constitui a integralidade das regras e disposições sobre a Emissão, revogando e substituindo toda e qualquer oferta, material, informação, proposta, negociação ou entendimento anterior, exceto aquelas constantes do Contrato de Distribuição, da proposta de prestação de serviços do Agente Fiduciário e outros documentos correlatos mencionados nesta Escritura e no Contrato de Distribuição, incluindo as declarações de investidores e publicações previstas na Instrução CVM 476.

#### **11.7. Aditamentos**

Quaisquer Aditamentos deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCESC.

#### **11.8. Lei Aplicável**

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

#### **11.9. Foro**

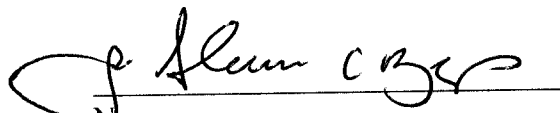
Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Estando assim, certas e ajustadas, as partes firmam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 16 de junho de 2011

**CREMER S.A**



Nome:

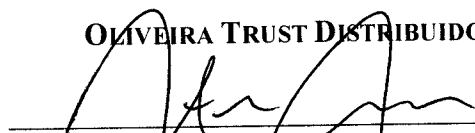
Cargo:

José Alexandre Carneiro Borges  
Diretor Presidente  
CPF: 008.585.487-55

Nome:

Cargo:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**



Nome:

Cargo:

Antonio Amaro R. de O. e Silva  
Gerente

Nome:

Cargo:



Marcelo Takeshi Yano de Andrade  
Procurador

**Testemunhas:**

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: